



ESTADO DE MATO GROSSO - VALE DO CABAÇAL
MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

LEI Nº 638, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019



***“DISPÕE ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO
PROGRAMA DO MUNICÍPIO E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”***

O Excetíssimo Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, Sr. **Wemerson Adão Prata**, no uso de suas atribuições legais, fundamentadas no artigo 49 da Lei Orgânica do Município, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica aberto um **Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Município**, para o exercício financeiro de 2019, no valor de **R\$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais)**, através da criação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 06 – Secretaria Mun. Educação, Cultura Desporto e Lazer
Unidade: 02 – Departamento de Administração Escolar
12.361.0042.1150 – Aquisição Equip. e Materiais Permanentes
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Mat. Permanentes R\$ 50.000,00

Fontes de Recursos:

0.1.15.000000 – Transf. Recursos do FNDE R\$ 46.000,00
0.1.01.000000 – Recursos Impostos Vinc. Educação R\$ 4.000,00

Art. 2º - Os recursos Orçamentários para dar Cobertura ao Crédito Adicional e Especial aberto no artigo anterior, conforme disposições contidas no art. 43 da Lei Federal 4.320/64, serão compostos por:



ESTADO DE MATO GROSSO - VALE DO CABAÇAL
MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

I – até o valor de R\$ 4.000,00 (Quatrocentos Mil Reais), resultante da anulação total ou parcial de dotações, conforme disposto no Art. 43, § 1º, Inciso III, da Lei 4.320/64, fara a fonte de recursos **0.1.01.000000 – Recursos Impostos Vinc. Educação.**

II – até o valor de R\$ 46.000,00 (Quarenta e Seis Mil Reais), resultante de excesso de arrecadação, conforme disposto no Art. 43, § 1º, Inciso II, da Lei 4.320/64, fara a fonte de recursos **0.1.15.000000 – Transf. Recursos do FNDE.**

Art. 3º - Caso os saldos dos créditos especiais abertos não sejam suficientes para o registro do total das despesas para execução do programa, de seu objeto, os mesmo poderão ser suplementados até os limites de saldo necessário nos termos das leias de remanejamento e suplementação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Salto do Céu / MT, 23 de Outubro de 2019.


WEMERSON ADÃO PRATA

Chefe do Poder Executivo